

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0011125/2023	DATA DE ENTRADA	30/05/2023 09:21:10
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
RECURSO CP 01			

DADOS DO REQUERENTE	
REQUERENTE	SAFENET TECNOLOGIA LTDA
TELEFONE	(21) 3553-9051
CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)	

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
112333-EDUARDO DOS SANTOS SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



SAFENET

TECNOLOGIA LTDA

PREFEITURA
Processo Nº 32125/23
do Item 30 OS 2023
Fis. 03

SAFENET

Rua Casuarina, 400
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



À

Prefeitura Municipal de Maricá

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública 01/2023

Prezados Senhores,

SAFENET TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.228.564/0001-81, com sede na Av. Presidente Vargas, 844 sala 1701 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada por sua Sócia Administradora BIANCA DE OLIVEIRA DAMES MONTEIRO, portadora da carteira de identidade nº 20440022, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 111.350.137-56, vem apresentar razões de RECURSO ADMINISTRATIVO em face a DECISÃO DE INABILITAÇÃO proferida nos autos da Concorrência Pública nº 001/2023, com fulcro na legislação vigente, pelos motivos de fato e de direito adiante expostos:

DA TEMPESTIVIDADE:

São as presentes Razões de Recurso tempestivas, tendo em vista a Decisão de Inabilitação haver sido proferida pela Comissão de Licitação em Sessão do dia 23.05.2023 (terça-feira) iniciando-se o prazo de 5 dias úteis em 24.05.2023 (quarta-feira), encerrando-se em 30.05.2023 (terça-feira).

DAS RAZÕES DA INABILITAÇÃO

De acordo com a Ata da Reunião da Comissão realizada em 12/05/2023, a inabilitação da Recorrente se deu pelos seguintes fundamentos:

“Referente a empresa SAFENET TECNOLOGIA LTDA, o representante da empresa apresentou balanço 2022 sem o devido registro ou autenticação na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis. Desse modo, passando para condição de inabilitada.”





SAFENET

REFEITURA
Processo Nº 75325/2023
Data 30.05.23
Fis. 04

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



Em outro ponto da mencionada ata, a Comissão de Licitação informa o seu entendimento quanto a obrigatoriedade de apresentação do balanço 2022 registrado, vejamos:

“Cabe ressaltar que as pendências de registro do Balanço Patrimonial, não foram aceitas, por se tratar de condição preexistente ao certame, conforme determina os acórdãos 1211/2021 e 966/2022 TCU. E, ainda, o prazo para o registro do balanço patrimonial é 30 de abril, de acordo com o código civil; vejamos: Art. 1.065. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de: I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Diante do exposto, esclarecemos que há hierarquia das leis e neste caso a lei é superior a qualquer instrução normativa que diga o contrário. Para a administração pública é obrigatório a exigência de documentos balizados nas regras legais que revelem a situação mais atual e real da empresa, para que haja maior segurança nas contratações.”

DAS RAZÕES DO RECURSO:

Abaixo listaremos as razões de recurso, com fulcro na melhor doutrina e jurisprudência, a fim de demonstrar os motivos pelos quais merece reforma a Decisão de Inabilitação da Recorrente, em especial para demonstrar juridicamente a inexistência de hierarquia entre os dispositivos citados e a desnecessidade de apresentação de balanço 2022 registrado nesta data.

Inicialmente, convém trazer a leitura o que determina o Edital do Certame:

“12.3.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.”

Como se vê, não há no edital qualquer norma específica quanto ao ano de exercício, isto é, o Edital não menciona a obrigatoriedade de entrega do balanço 2022, mas sim do balanço do último





S A F E N E T

REFEITURA
Processo Nº 11125/2023
Data 30/05/23
Folha 05

S A F E N E T

Rua Casuarina, 482
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



exercício violando frontalmente os ACÓRDÃOS nº 472/2016, 199/2016 e 2.293/2018 iremos demonstrar.

Para tanto, importante considerar que o Direito não é estático, imutável, o Direito está em constante mutação pela criação de novos dispositivos legais, entendimento jurisprudenciais e doutrinários que visam a disciplinar novas situações jurídicas.

Nos atendo ao caso em tela, temos um dispositivo do Código Civil de 2002, qual seja:

Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

II - designar administradores, quando for o caso;

III - tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 1º Até trinta dias antes da data marcada para a assembleia, os documentos referidos no inciso I deste artigo devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

§ 2º Instalada a assembleia, proceder-se-á à leitura dos documentos referidos no parágrafo antecedente, os quais serão submetidos, pelo presidente, a discussão e votação, nesta não podendo tomar parte os membros da administração e, se houver, os do conselho fiscal.

§ 3º A aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do de resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração e, se houver, os do conselho fiscal.

§ 4º Extingue-se em dois anos o direito de anular a aprovação a que se refere o parágrafo antecedente.





S A F E N E T

REFEITURA
PROCESSO Nº 71125/23
30 05 23
Fls. 06

S A F E N E T

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



À época da promulgação do Código Civil de 2002 havia um tratamento único para todas as empresas, fossem EPPs ou empresas de grande porte, Lucro Presumido ou Lucro Real, aliás, àquela época sequer havia sido promulgada a Lei nº 123/2006 que instituiu tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno, bem como que criou o Regime do Simples Nacional.

Posteriormente, além da criação do Simples Nacional, foi instituída pela Receita Federal a Escrituração Contábil Digital (ECD), vejamos o que diz a Receita Federal sobre a ECD no link <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>:

“Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a **SUBSTITUIÇÃO DA ESCRITURAÇÃO EM PAPEL PELA ESCRITURAÇÃO TRANSMITIDA VIA ARQUIVO, OU SEJA, CORRESPONDE À OBRIGAÇÃO DE TRANSMITIR, EM VERSÃO DIGITAL, OS SEGUINTE LIVROS:**

- I - Livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- II - Livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.”

Como se vê, a criação da ECD tem o condão de SUBSTITUIR os livros em papel e gerou a OBRIGAÇÃO de transmitir o balanço pela via digital, seguindo as normativas da criação da ECD.

É compreensível que a existência de 2 atos normativos que, embora não conflitantes, tratem situações de forma diferente, traga diversos entendimentos acerca de qual normativo deve ser seguido, porém não podemos ceder à tendência de apenas olhar para a “Lei Maior” e ignorarmos todo o restante do conjunto normativo nacional.

O mero entendimento de que o Código Civil é superior à todas as demais leis, exceto à constituição, por ser considerado uma lei maior traria incoerências pois nos faria ignorar todos os demais institutos criados por diversos atos normativos posteriormente criados.





S A F E N E T

RECEITA
PROCESSO Nº 21125/23
30.05.23
Fls. 07

S A F E N E T

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



Como poderíamos tratar as empresas optantes pelo simples nacional apenas com base no código Civil? Deveríamos ignorar a existência deste regime tributário?

Não obstante o avanço dos instrumentos de controle da Receita Federal, permitido graças à evolução tecnológica, deveríamos ignorar a Escrituração Contábil até que seja promulgado um novo código Civil?

É justamente para dirimir estas questões que o Direito, em constante mutação, recorre à doutrina e à Jurisprudência, a qual também se encontra em constante mutação ao passo em que os órgãos de controle começam a compreender as novas situações de fato e os novos normativos.

No que concerne a análise de validade do balanço patrimonial, fica bem clara a mudança de entendimento dos órgãos de controle, a partir do momento em que a IN nº 1.420/2013 se estabilizou e as empresas passaram a realizar a Escrituração Contábil Digital, vejamos esta evolução no tempo:

Em 2014, o TCU proferiu o ACÓRDÃO nº 1.999/2014, com entendimento semelhante ao mencionado por esta Comissão de Licitação, restringindo a análise à suposta hierarquia de normas confrontando o Código Civil à IN 1.420/2013:

“VOTO

7. O art. 1078 do Código Civil estabelece que a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao do término do exercício social, com diversos objetivos, entre eles o de “tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado econômico”.

8. Verifica-se, portanto, que, em até quatro meses (30 de abril), devem estar aprovados o balanço patrimonial e os demais demonstrativos contábeis. Como a sessão para abertura das propostas ocorreu no dia 20/5/2014, já era exigível nessa data a apresentação dos citados documentos referentes ao exercício de 2013.

9. Alega a representante que a “validade dos balanços” se findaria em 30/6/2014, por força da Instrução Normativa da Receita Federal 1.420/2013.





SAFENET

REFEITURA
PROCESSO Nº 3325/23
30 05 23
Fis. 08

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



10. Tal normativo institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), que deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la. Segundo o art. 3º dessa norma, ficam obrigadas a adotar a ECD as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido (o que seria o caso da representante). O art. 5º da IN estabelece que a ECD será transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.

11. Entende a representante que os dispositivos acima mencionados exigiriam que o INSS, em maio de 2014, ainda aceitasse como “válido” o balanço e as demonstrações relativas a 2012, uma vez que não teria se encerrado o prazo estabelecido no art. 5º da referida norma, que é 30 de junho.

12. Esse entendimento não merece prosperar. O prazo para aprovação do balanço é 30/4/2014, segundo disposto no art. 1078 do Código Civil. Evidentemente, uma instrução normativa não tem o condão de alterar esse prazo, disciplinado em lei ordinária. O que a IN faz é estabelecer um prazo para transmissão da escrituração contábil digital, para os fins operacionais a que ela se destina.”

(ACÓRDÃO nº 1.999/2014 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/1999%252F2014/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520>)

Ocorre que, este entendimento já foi há muito superado pelo TCU, o qual passou a entender pelo respeito ao prazo estabelecido na IN nº 1.420/2013, e, ainda mais importante, estabelecendo que o art. 1.078/2002 sequer obriga as empresas a registrarem seus balanços, mas apenas a realizarem assembleia para aprovação do balanço pelos sócios o que acarreta obrigações apenas entre os sócios, conforme ACÓRDÃO 472/2016, vejamos:

“CONCLUSÃO

51. Realizou-se a análise do item da representação ‘balanço patrimonial e demonstrações contábeis em descompasso com a lei e com edital - exercício de 2014 já exigível’. O pedido de inabilitação de empresa que utiliza a escrituração eletrônica, que é o caso da licitante Paviservice, com o fundamento de que em 22/5/2015 ela deveria apresentar documentos do





SAFENET

REFEITURA
PROCESSO Nº 7725/23
30 05 23
Fis. 09

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



exercício de 2014 é improcedente, pois os documentos de 2013 possuíam validade até 30/6/2015. (Item II do 'Exame Técnico')

VOTO

3.2. Em relação à alínea “b”, FOI VERIFICADO QUE O PRAZO PREVISTO NO CÓDIGO CIVIL (30/4/2015) REFERE-SE À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE SÓCIOS SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL E NÃO A SUA PUBLICAÇÃO. O FATO DE A EMPRESA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013 EM 22/5/2015 ENCONTRA RESPALDO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.420/2013 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, POIS, PARA AS EMPRESAS QUE ADOTAM O REGIME DE TRIBUTAÇÃO VINCULADO AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED, A EXIGÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR SÓ SE INICIA A PARTIR DE 30 DE JUNHO DO EXERCÍCIO ATUAL;”

(ACÓRDÃO 472/2016 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/472%252F2016/%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACO-RDAOINT%2520desc/0/%2520>)

No mesmo ano de 2016, o TCU foi ainda mais taxativo e explicativo estabelecendo que “Se não houver cláusula no edital que especifique o exercício a que devam se referir, o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior somente podem ser exigidos se a convocação da licitante para apresentação da documentação referente à qualificação econômico-financeira (art. 31 da Lei 8.666/1993) ocorrer após a data limite definida nas normas da Secretaria da Receita Federal para a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)” ao proferir o ACÓRDÃO nº 119/2016, o qual transcrevemos abaixo:

“20. Sustento entendimento diverso justamente por não vislumbrar qualquer tipo de conflito entre o conteúdo do art. 1.078 do Código Civil e o teor do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) 1.420/2013, como sugere o sobredito acórdão. Ao revés, homenageando a interpretação sistêmica do ordenamento jurídico vigente, defendo que





S A F E N E T

REFEITURA

Processo Nº 11125 / 23
30 05 23

Fls. 10

S A F E N E T

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



ambos os dispositivos se prestam justamente a complementar o art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, conferindo-lhe assim eficácia plena, senão vejamos.

21. De acordo com o referido art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, é legítimo exigir do licitante, para fim de qualificação econômico-financeira, "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (...) ". [grifei]

22. Entendo que a expressão acima empregada "na forma da lei" refere-se tão somente ao termo "apresentados", e não à expressão "já exigíveis". Significa dizer que a lei disciplinará a apresentação do "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social", estando esse disciplinamento hoje contemplado no Código Civil (Lei 10.406/2002), especificamente em seu art. 1.078 - o qual deixa assente que tal apresentação será feita para que a assembleia dos sócios da sociedade limitada delibere sobre os documentos que lhe foram apresentados -, nada discorrendo sobre a exigibilidade dessa documentação para fim de participação em processo licitatório. Atente-se para o conteúdo desse dispositivo legal:

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

[...]

§ 1º Até trinta dias antes da data marcada para a assembleia, os documentos referidos no inciso I deste artigo devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração. (grifei)

23. A rigor, à luz do **caput** do art. 1.078 do Código Civil, a deliberação da assembleia dos sócios sobre o "balanço patrimonial e o de resultado econômico" é que deverá ocorrer "nos quatro meses seguintes ao término do exercício social" (até 30/4), sendo que a apresentação propriamente dita de tais documentos perante os "sócios que não exerçam





S A F E N E T

Tecnologia em Segurança

REFEITO
31/05/23
30 05 23
e Fis. 31

S A F E N E T

Rua Casuarina, 400
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenettecnologia.com.br



administração" terá de ser feita "até trinta dias antes da data marcada para a assembleia", portanto nos três meses seguintes ao término do exercício social (até 30/3) .

24. Por seu turno, é a Instrução Normativa SRF 1.420/2013 que, implicitamente, oferece resposta para a questão temporal da exigibilidade do "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social" nas licitações. Isso porque o seu art. 5º dispõe que a Escrituração Contábil Digital (ECD) , a qual compreende a versão digital dos balanços e demais documentos contábeis (art. 2º) , e cuja adoção é obrigatória para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou no lucro presumido (art. 3º) , deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.

25. A propósito, de acordo com o art. 2º do Decreto 6.022/2007 (redação dada pelo Decreto 7.979/2013) , o Sped é o "instrumento que **unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas**, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações". (grifei)

26. Em apertada síntese, somente quando a convocação de licitante - que tem como regime de tributação o lucro real ou o lucro presumido - para apresentação da documentação prevista no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93 ocorrer após o último dia útil do mês de junho de determinado exercício social, a documentação a ser apresentada no certame relativa ao "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social" será realmente a pertinente ao exercício social anterior àquele em que fora efetivada a referida convocação.

27. Em que pese a tese defendida nos parágrafos precedentes, reconheço que a inexistência de uma jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte de Contas pode ser suprida pelo próprio responsável pela condução do processo licitatório, por meio de inserção de cláusula editalícia que indique expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes. Com essa medida, o instrumento convocatório supriria quaisquer dúvidas dos interessados acerca do assunto, razão pela qual proponho ao colegiado dar ciência ao TRT do ocorrido para que tal lacuna possa ser preenchida no edital que vier a ser publicado."





S A F E N E T

REFEITURAS
PROCESSO Nº 11125/23
30 05 23
e Fis. 12

S A F E N E T

Rua Casuarina, 450
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



(ACÓRDÃO nº 199/2016 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/199%252F2016/%2520/score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDAO%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc/0/sinonimos%253Dtrue>).

Da mesma forma, mais recentemente o TCU manteve este entendimento ao proferir o ACÓRDÃO nº 2.293/2018, transcrito abaixo:

“12. Avalio que a desclassificação da [representante] ocorreu por uma interpretação formal e restritiva das normas aplicáveis ao caso. Estou de acordo com a análise da Secex/BA, destacando os pontos a seguir, que, a meu ver, justificam que a documentação apresentada pela [representante] se submetia à legislação pertinente, bem como às demandas do edital.

13. De fato, o item 10.1.6.b do edital do pregão faz referência expressa à apresentação do balanço patrimonial na forma da lei e de acordo com o Acórdão 1999/2014-TCU-Plenário. Essa decisão do Tribunal, com base no art. 1.078, caput e inciso I, do Código Civil, orienta que, a partir de 30/4 do exercício corrente, o balanço a ser exigido deve ser do exercício anterior. Tal requisito foi cumprido pela [representante], pois apresentou seu demonstrativo de 2017 aprovado naquela data.

14. CONTUDO, A LEI 6.404/1976 NÃO IMPÕE QUE AS PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, BEM COMO O REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL, MENCIONADOS NO ART. 289, CAPUT E § 5º, DO CÓDIGO CIVIL, OCORRAM NAQUELA MESMA DATA LIMITE. TAMPOUCO O ACÓRDÃO 1999/2014-TCU-PLENÁRIO FIRMOU TAL ENTENDIMENTO.

15. ALIÁS, O TRIBUNAL JÁ ENFRENTOU A QUESTÃO NO ACÓRDÃO 2145/2017-TCU-PLENÁRIO, ENTENDENDO QUE SERIA DE RIGOR EXCESSIVO CONSIDERAR 30 DE ABRIL COMO TERMO FINAL PARA AS PUBLICAÇÕES E REGISTRO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS. TRANSCREVO EXCERTO BASTANTE ESCLARECEDOR DA DECISÃO A SEGUIR:

9. Com efeito, o Acórdão 1999/2014-TCU-Plenário inclinou-se no sentido de adotar o prazo previsto no art. 1.078 do Código Civil, que prevê a aprovação do balanço patrimonial e dos





SAFENET

Tecnologia em Segurança

REFEITURA
Processo Nº 11325/23
30 05 23
Fls. 13

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



demaís demonstrativos contábeis até o dia 30 de abril do ano subsequente ao do exercício financeiro de referência, para efeitos de aplicação do art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993, o qual define que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis a serem apresentados na fase de qualificação econômico-financeira devem se referir ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

[...]

12. ENTRETANTO, MAIS RECENTEMENTE, OUTRAS DUAS DECISÕES DESTA CORTE TROUXEREM NOVAS LUZES À QUESTÃO, MOTIVO PELO QUAL NÃO MERECEM PROSPERAR OS ARGUMENTOS DA EMBARGANTE. NOS AUTOS DO ACÓRDÃO 472/2016-TCU-PLENÁRIO, O TRIBUNAL ENTENDEU QUE O PRAZO PREVISTO NO CÓDIGO CIVIL (30 DE ABRIL) , REFERE-SE À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE SÓCIOS ACERCA DO BALANÇO PATRIMONIAL E NÃO A SUA PUBLICAÇÃO, CONFORME EXCERTO QUE TRANSCREVO:

'3.2. Em relação à alínea b, foi verificado que o prazo previsto no Código Civil (30/4/2015) refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não a sua publicação. O fato de a empresa apresentar documentação referente ao exercício de 2013 em 22/5/2015 encontra respaldo na Instrução Normativa 1.420/2013 da Receita Federal do Brasil, pois, para as empresas que adotam o regime de tributação vinculado ao Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, a exigência para apresentação dos documentos relativos ao exercício imediatamente anterior só se inicia a partir de 30 de junho do exercício atual;'.

16. NO ACÓRDÃO 119/2016-TCU-PLENÁRIO, O TRIBUNAL ESTABELECEU AINDA MAIS ESSE ENTENDIMENTO, CONSIDERANDO QUE, NÃO HAVENDO CLÁUSULA ESPECÍFICA NO EDITAL QUE INDIQUE O EXERCÍCIO A QUE DEVE SE REFERIR O DEMONSTRATIVO, DEVE SER ADOTADO COMO PARÂMETRO O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE JUNHO, EM CONSONÂNCIA COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF 1.420/2013. REPRODUZO ABAIXO TRECHO DESSA DECISÃO:

23. A rigor, à luz do caput do art. 1.078 do Código Civil, a deliberação da assembleia dos sócios sobre o 'balanço patrimonial e o de resultado econômico' é que deverá ocorrer 'nos





S A F E N E T

REFEITO
30 05 23
Fis. 24

S A F E N E T

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



quatro meses seguintes ao término do exercício social' (até 30/4) , sendo que a apresentação propriamente dita de tais documentos perante os 'sócios que não exerçam administração' terá de ser feita 'até trinta dias antes da data marcada para a assembleia', portanto nos três meses seguintes ao término do exercício social (até 30/3) .

24. Por seu turno, é a Instrução Normativa SRF 1.420/2013 que, implicitamente, oferece resposta para a questão temporal da exigibilidade do 'balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social' nas licitações. Isso porque o seu art. 5º dispõe que a Escrituração Contábil Digital (ECD) , a qual compreende a versão digital dos balanços e demais documentos contábeis (art. 2º) , e cuja adoção é obrigatória para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou no lucro presumido (art. 3º) , deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.

[...]

26. Em apertada síntese, somente quando a convocação de licitante - que tem como regime de tributação o lucro real ou o lucro presumido - para apresentação da documentação prevista no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993 ocorrer após o último dia útil do mês de junho de determinado exercício social, a documentação a ser apresentada no certame relativa ao 'balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social' será realmente a pertinente ao exercício social anterior àquele em que fora efetivada a referida convocação.

27. Em que pese a tese defendida nos parágrafos precedentes, reconheço que a inexistência de uma jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte de Contas pode ser suprida pelo próprio responsável pela condução do processo licitatório, por meio de inserção de cláusula editalícia que indique expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes. Com essa medida, o instrumento convocatório supriria quaisquer dúvidas dos interessados acerca do assunto, razão pela qual proponho ao colegiado dar ciência ao TRT do ocorrido para que tal lacuna possa ser preenchida no edital que vier a ser publicado.

17. Ademais, importante lembrar que, quando diligenciada pelo pregoeiro, a [representante] encaminhou o requerimento de registro do balanço patrimonial de 2017 na Junta Comercial





SAFENET

Tecnologia em Licitação

REFEIT

Processo 11

33125/23

30 05 23

E

Fis.

35

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenettecnologia.com.br



e a publicação em jornal de grande circulação de sua localidade, datados de 18/5/2018. O registro foi obtido em 30/5/2018, e publicado no DOU em 4/6/2018. Observa-se que o trâmite para cumprir as formalidades legais restantes ocorreu em prazo razoável e foi anterior ao último dia útil do mês de junho. O fato de terem se efetivado após a abertura do certame não deve obstar a habilitação da empresa, pois o art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993 não impõe essa condição.

(ACÓRDÃO nº 2.293/2018 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/2293%252F2018/%2520score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDAO%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc/0/sinonimos%253Dtrue>)

Em síntese, temos que após o advento da IN nº 1.420/2013 estabeleceu-se controvérsia jurídica em torno da data de validade dos balanços. Inicialmente, o TCU manifestou-se no ACÓRDÃO nº 1.999/2014 pela preservação do prazo estabelecido no art. 1.078, do Código Civil pelo argumento de hierarquia entre as normas.

Logo em seguida este entendimento foi superado pelo ACÓRDÃO nº 472/2016 que estabeleceu diferença entre o art. 1.078, do código civil e a IN nº 1.420/2013 encerrando o conflito entre as normas ao determinar que o prazo previsto no Código Civil (30/4/2015) refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não a sua publicação o fato de a empresa apresentar documentação referente ao exercício de 2013 em 22/5/2015 encontra respaldo na instrução normativa 1.420/2013.

Este mesmo entendimento foi posteriormente ampliado pelo ACÓRDÃO nº 199/2016 que determinou a obrigatoriedade de menção no edital de certames licitatórios quanto ao exercício a que o balanço deve se referir.

Este mesmo entendimento foi mantido de forma ainda mais taxativa pelo ACÓRDÃO nº 2.293/2018, o qual inferiu que não havendo cláusula específica no edital que indique o exercício a que deve se referir o demonstrativo, deve ser adotado como parâmetro o último dia útil do mês de junho, em consonância com a instrução normativa nº 1.420/2013.





SAFENET

Soluções em Tecnologia

REFEITO
Data: 30 05 23
Fis. 16

SAFENET

Rua Casuarina, 400
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



Importante destacar que não há notícia de qualquer julgado posterior aos mencionados que tenha modificado a interpretação do TCU e retrocedido ao entendimento do ACÓRDÃO nº 1.999/2014 o qual está plenamente superado.

Relembremos o que menciona o Edital do Certame:

“12.3.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.”

Como se vê, não há no edital qualquer indicação específica sobre a qual exercício o Balanço deve se referir, pelo que a exigência em sessão de julgamento para que se apresente o Balanço 2022 viola frontalmente os ACÓRDÃOS nº 472/2016, 199/2016 e 2.293/2018 como acima demonstrado.

Importante destacar que, a ora Recorrente, visto que obrigada ao envio da ECD pela IN nº 1.420/2013, apresentou junto a sua documentação de habilitação Balanço Patrimonial enviado à Receita Federal contendo índices que atendem aos requisitos do Edital.

Outrossim, a Recorrente, embora desobrigada pelo Normativo vigente e a jurisprudência mais atual, quando solicitada apresentou Balanço 2022 aprovado pelos seus sócios, também com índices que atendem aos requisitos do Edital.

Insta salientar que, ainda que a Prefeitura Municipal Maricá considere de suma importância a verificação dos índices do Balanço 2022, mesmo para as empresas desobrigadas a apresentá-lo conforme já demonstramos, bastaria evocar a cláusula 14, alínea v, do Anexo III, do Edital:

“v. A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;”





SAFENET

RECEBIMENTO
11125/23
30 05 23
FIS. 17

SAFENET

Rua Casuarina, 450
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



Com fundamento nesta cláusula editalícia a Prefeitura Municipal de Maricá poderia a qualquer tempo durante o contrato solicitar que a Contratada comprovasse a manutenção dos índices do Balanço e a apresentação do Balanço em ECD tão logo exigível pela IN que rege a matéria, ampliando assim a competitividade deste certame, atendendo assim ao interesse público em busca da economicidade.

Pelos argumentos acima elencados, serve o presente RECURSO para solicitar a Reconsideração da DECISÃO de inabilitação da Recorrente SAFENET TECNOLOGIA LTDA. com fundamento no estrito cumprimento da IN nº 1.420/2013 e ACÓRDÃOS nº 472/2016, 199/2016 e 2.293/2018.

DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DAS DEMAIS EMPRESAS PARTICIPANTES:

Uma vez superada qualquer dúvida em relação à habilitação da ora Recorrente aproveitamos esta peça Recursal para tecer comentários acerca da documentação de habilitação outras duas empresas participantes deste certame:

a) ETEPAR CONSTRUÇÕES LTDA

Ao elencar a documentação exigida para a documentação exigida para a habilitação, o Edital do Certame mencionou as seguintes certidões:

“12.3.3 – Certidão negativa de Recuperação Judicial ou Falência expedida pelo distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica. **As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de Recuperação judicial, concordatas e falências,** ficando dispensada apresentação da declaração relacionando os distribuidores quando se tratar de Distribuidor Unificado.”

Fica clara pela leitura do trecho acima, a preocupação do Edital em promover a correta análise das certidões negativas que deveriam ser apresentadas ao recorrer à obrigatoriedade da apresentação da Certidão da Autoridade Competente que ateste quais os cartórios têm competência para expedir certidões negativas de Recuperação judicial, concordatas e falências.





S A F E N E T

Tecnologia para a Justiça

REFEST
Processo nº 1125/23
30 05 23
LH 2 Fis. 18

S A F E N E T

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenettecnologia.com.br



Esta preocupação se justifica pois não se pode exigir que a Comissão de Licitação conheça todos os cartórios de cada comarca do Brasil e suas competências. Pois bem, vejamos então o que determina a Certidão expedida pela Corregedoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Certidão esta exigida no Edital:

“CERTIFICO mais, que, ao **2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas**, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. **CABENDO A ESTE INCLUSIVE, REGISTRAR OBRIGATORIAMENTE AS SENTENÇAS DECLARATÓRIAS DE INSOLVÊNCIA OU DE FALÊNCIA**, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, **AS DECISÕES DE DEFERIMENTO DAS CONCORDATAS** e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei nº 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais.”

Da leitura do trecho acima, se comprova a necessidade de apresentação, para as empresas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, das certidões emitidas pelo 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Distribuição além da certidão emitida pelo 2º Ofício de Interdição e Tutela.

Por se tratar de uma determinação da Corregedoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CGJ), não cabe avaliação ou juízo discricionário da i. Comissão de Licitação quanto a que certidões devem ser apresentadas, uma vez que esta questão já fora decidida pelo órgão competente.

Isto posto, verificamos que a empresa ETEPAR CONSTRUÇÕES LTDA, diferente de todas as demais empresas sediadas na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro participantes deste certame, limitou-se a apresentar as certidões do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Distribuição, não tendo apresentado a certidão emitida pelo 2º Ofício de Interdição e Tutela descumprindo assim o que determina a CGJ, motivo pelo qual deve ser inabilitada por não ter atendido as exigências do Edital.





SAFENET

Tecnologia para a Construção

REFEITO
13125/23
20 05 23
8 19

SAFENET

Rua Casuarina, 450
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



b) PIRES MATOS CONSTRUÇÕES LTDA

Durante a sessão realizada no dia 11.05.2023, a licitante HSR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ao verificar os documentos de habilitação da licitante PIRES MATOS CONSTRUÇÕES LTDA apontou, conforme consta na 3ª Ata de Reunião, que não localizou na qualificação técnica daquela empresa a quantidade mínima de relevância exigida no edital, sob código 11.016.0005-A, referente a cobertura de galpão.

Em vista do apontamento realizado pela HSR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA a i. Comissão de Licitação encaminhou a documentação para área técnica resultando na informação constante da 4ª Ata de Reunião da Comissão do dia 12.05.2023, na forma abaixo:

“PIRES MATOS CONSTRUÇÕES LTDA, foi esclarecido pelo servidor responsável pela análise técnica que, apesar do índice 11.016.0005-A, (m²), não descrever explicitamente a quantidade exigida na parcela de maior relevância, o item 11.016.0100-A (kg), **o faz por analogia**, uma vez que há compensação pela grande quantidade apresentada. As unidades (kg) e (m²), neste caso, fazem alusão ao mesmo material – média referente de peso do aço. 67.00 kg P/m², ou seja, o exigido é – $2.166.83\text{m}^2 \times 67\text{ kg} = 145.177.61\text{ kg} + 31.691.33\text{ kg} = 182.868.94\text{ kg}$; e o apresentado foi $822.01\text{ m}^2 \times 67.00\text{ kg} = 55.074.61\text{ kg} + 161.167.21\text{ kg} = 222.241.94\text{ kg}$. Portanto, os atestados apresentados pela empresa **PIRES MATOS CONSTRUÇÕES LTDA** atendem aos itens de maior relevância referente a estrutura metálica.”

Com a devida vênia, este argumento fundamentado em ANALOGIA não pode prosperar, uma vez que se tratam de itens diferentes, com características diferentes, senão vejamos a definição de analogia na língua portuguesa:

“Por Analogia temos a definição de substantivo feminino Semelhança entre coisas ou ações diferentes; correspondência: a morte está para a vida, assim como a cegueira para a visão é uma grande analogia. Em que há ou pode haver uma análise comparativa; comparação: o professor fez uma analogia histórica entre o passado e o





SAFENET

REFEITO

21125 / 23

30 05 23

Ca. 6

Fis. 20

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenettecnologia.com.br



presente.[Jurídico] Operação lógica através da qual um caso que, não sendo previsto pela lei, recebe a mesma norma jurídica de ações que lhe são parecidas.[Linguística] Ação processual de mudança linguística que altera uma forma, fazendo com que ela se enquadre num modelo já existente.expressão[Filosofia] Analogias da experiência. Refere-se aos princípios que, para Kant, direcionam a ligação entre os fenômenos.Etimologia (origem da palavra **analogia**). A palavra analogia deriva do latim "analogia, ae"; pelo grego "analogía,as", que significa proporção.

Sinônimos de Analogia

Analogia é sinônimo de:

conformidade, semelhança, comparação, correspondência, similaridade, aproximação, equivalência, relação, correlação, uniformização, homogeneidade

Antônimos de Analogia

Analogia é o contrário de:

inconstância, multiplicidade, pluralidade, variação, variedade

Definição de Analogia

Classe gramatical: **substantivo feminino**

Separação silábica: **a-na-lo-gi-a**

Plural: **analogias**

Fonte: <https://www.dicio.com.br/analogia/>

Diante da posição da Comissão e pelo Servidor Responsável, primeiramente houve uma análise sobre o quantitativo dos aços constantes dos itens 11.016.0100-A e 11.016.0005-A, códigos estes de origem da EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, onde as descrições conferem exatamente com os itens 9.4 e 9.8 da planilha orçamentária e também com a Memória de Cálculo partes integrantes do Edital CP 01/2023.





SAFENET
Tecnologia em Segurança

RECEBÍVEL
Protocolo Nº 11125/23
30 05 23
em 21

SAFENET

Rua Casuarina, 460
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



Com as especificações confrontadas com sua origem, podemos entender que a ANALOGIA descrita pelo Servidor Responsável e aceita pela Comissão não está coerente com a realidade, em face do que determina o Edital:

“12.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.2.2 - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) em nome do profissional que comprovem:

- Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Projeto Básico, nas proporções mínimas estabelecidas como de maior relevância;
- Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.
- Considera-se como parcela de maior relevância:

Item	Parcela de Maior Relevância	Quantitativo mínimo a ser comprovado	Porcentagem
11.013.0080-A	Concreto FCK-30Mpa estrutural	270,71 m ³	30%
11.016.0100-A	Estrutura metálica com aço ASTM A-572	37.691,33 kg	50%
11.016.0005-A	Estrutura Metálica para Cobertura de Galpão	2.166,83 m ²	50%

- Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Projeto Básico, nas proporções mínimas estabelecidas como de maior relevância;”

Quando foi exigido que os licitantes tivessem experiência na execução de serviços em estrutura metálica para COBERTURA E GALPÃO na quantidade de 2.166,83m² de qual especificação do aço que não foi informado, seja no Edital, na Memória de Cálculo ou na EMOP, esta comissão não poderia ter aceito simplesmente uma ANALOGIA.





SAFENET

Tecnologia para a construção

REFEITO
Processo nº 11125/23
20 05 23
Fis. 23

SAFENET

Rua Casuarina, 480
Humaitá - Rio de Janeiro

Tel: +55 21 3553 9051
www.safenetecnologia.com.br



a) se digne esta i. Comissão a Reconsiderar a Decisão de inabilitação da Recorrente SAFENET TECNOLOGIA LTDA, com fundamento no estrito cumprimento da IN nº 1.420/2013 e ACÓRDÃOS nº 472/2016, 199/2016 e 2.293/2018;

b) se digne esta i. Comissão a Declarar a inabilitação da empresa ETEPAR CONSTRUÇÕES LTDA por não ter apresentado as certidões de falência e concordata emitida por todos os cartórios competentes da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme determina a CGJ;

c) se digne esta i. Comissão a Declarar a inabilitação da empresa PIRES MATOS CONSTRUÇÕES LTDA por não ter atendido em seus atestado aos quantitativos de relevância listados Edital do Certame;

d) se digne esta i. Comissão a analisar com especial atenção a planilha de custos a ser apresentada pela empresa AJA CONSTRUÇÕES EIRELI no que tange aos tributos considerados em seu BDI, em virtude do desenquadramento automático da condição de optante pelo SIMPLES NACIONAL.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2023.

BIANCA DE OLIVEIRA DAMES
MONTEIRO:11135013756

Assinado de forma digital por BIANCA
DE OLIVEIRA DAMES
MONTEIRO:11135013756
Dados: 2023.05.29 16:10:23 -03'00'

SAFENET TECNOLOGIA LTDA

